

## TRADUÇÕES

### CLÉRIGOS, EXILADOS E ACADÊMICOS: OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR BRASILEIRA NOS ESTADOS UNIDOS, 1969-1974

James N. Green\*

Tradução: Olga M. Charro\*\*

**Thomas Mann**, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos: *Espero que você esteja tão feliz com o Brasil quanto eu.*  
Presidente **Lyndon B. Johnson**: *Estou.*  
**Mann**: *Acredito que esta seja a coisa mais importante que aconteceu no hemisfério em três anos.*  
**Johnson**: *Espero que nos dêem algum crédito, e não o inferno.*  
Extraído de uma conversa gravada na Casa Branca, 3/4/1964.<sup>1</sup>

Quase ninguém nos Estados Unidos protestou contra a tomada do governo civil brasileiro pelos militares, em 31 de março de 1964, com o apoio daquele país. Também poucas pessoas se mobilizaram um ano mais tarde contra a invasão norte-americana da República Dominicana. Entretanto, em 1970, o novo regime brasileiro tinha se associado à tortura e à violação dos direitos humanos. No final de 1973, dezenas de grupos de solidariedade surgiram na maioria das principais cidades norte-americanas, em resposta à deposição do presidente eleito democraticamente no Chile, Salvador Allende, e à brutal repressão que se seguiu à ascensão do general Augusto Pinochet ao poder. Menos de uma década depois, comitês nacionais de solidariedade com centenas de filiados locais apoiaram a Revolução Sandinista e a revolta salvadorenha e mobilizaram demonstrações maciças contra a cumplicidade da administração Reagan com as forças contra-revolucionárias na América Central. Por volta do final dos anos 70, as violações de direitos humanos se tornaram o parâmetro para a política externa norte-americana na América Latina.

A maioria dos estudiosos que escreveu sobre a importância do discurso de direitos humanos durante a administração Carter (1977-81) menciona o trabalho pioneiro dos ativistas contra a tortura no Brasil no final dos anos 60 e início dos anos 70 e, especialmente, o alvoroço da organização política descrita em relatórios sobre tortura e repressão no Chile após a tomada do poder pelos militares, em 1973. Lars Schoultz, acertadamente, afirma: “as condições dos direitos humanos nessas nações (na América Latina), particularmente no Brasil, e posteriormente no Chile, foram as primeiras a atrair a atenção dos ativistas norte-americanos de direitos humanos”.<sup>2</sup> David P. Forsythe concorda, enfatizando que

(...) indivíduos associados ao Conselho Nacional das Igrejas argumentavam que estavam preocupados com a tortura no Brasil e com o fato de o governo norte-americano financiar o treinamento da polícia estrangeira. Os associados ao Conselho, com o apoio dos Senadores Church, Abourezk e outros, de fato iniciaram o prolongado interesse dos Estados Unidos pelos direitos humanos entre 1969 e 1971.<sup>3</sup>

Seguindo a orientação desses estudiosos, este artigo documenta e analisa em detalhe as atividades (entre 1969 e 1974) do pequeno grupo de dedicados ativistas da Igreja e de esquerda, intelectuais brasileiros exilados e estudiosos latino-americanistas, que desempenharam papel tão importante na introdução da questão dos direitos humanos na América Latina em debates políticos nacionais. Na Europa, uma campanha paralela contra a tortura e as violações de direitos humanos no Brasil e, posteriormente, noutros países da América Latina, se desenvolveu no mesmo período, embora aquele movimento esteja para além do objetivo deste artigo. Tanto nos Estados Unidos como na Europa, exilados políticos brasileiros, aliados, às vezes, aos setores de ala esquerda da Igreja católica e outras forças, travaram uma implacável campanha para isolar o governo brasileiro.<sup>4</sup>

Nos Estados Unidos, esses esforços iniciaram uma mudança gradual na opinião pública e oficial, que forneceu as bases para campanhas mais amplas contra a repressão, tortura e desaparecimentos na América Latina após o golpe no Chile. Enfrentando uma Casa Branca hostil – que, abertamente, deu suporte aos regimes militares pela América Latina durante os anos Nixon-Ford (1969-76) –, uma ampla base de ativistas tinha como alvo o Congresso norte-americano, pressionado a promulgar medidas limitando o apoio do governo norte-americano aos regimes repressivos no exterior. Vitórias legislativas anteriores, no que diz respeito à América Latina, incluíram a linguagem nas Leis de Auxílio Externo de 1973 e 1974: “O Congresso compreende que o presidente deveria negar qualquer ajuda militar ou econômica ao governo de qualquer país estrangeiro que pratica o confinamento ou aprisionamento dos cidadãos desses países por motivos políticos”.<sup>5</sup>

Em 1975, a Emenda Harkin ao Ato de Assistência Estrangeira deu ao Congresso o poder para limitar a ajuda econômica dos Estados Unidos a qualquer país que se engajasse num padrão consistente de rudes violações aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos. No ano seguinte, essa restrição foi expandida para incluir a ajuda militar. Após Jimmy Carter ter adotado e popularizado a questão dos direitos humanos como critério de orientação da política externa norte-americana durante a campanha eleitoral de 1976, aquilo que tinha sido uma vez uma crítica política um tanto isolada de esquerdistas e de certos liberais à política externa norte-americana, tornou-se de repente parte das discussões nacionais sobre a direção das políticas governamentais no exterior.

Esta análise focaliza-se na gênese do discurso de direitos humanos com relação à América Latina, nos Estados Unidos, no final dos anos 70. O objetivo deste artigo não é estabelecer uma relação causal entre os esforços do clero, exilados e acadêmicos e a mudança na política governamental norte-americana, nem afirma que a campanha travada nos Estados Unidos contra a violação dos direitos humanos no Brasil alterou as políticas domésticas dos militares brasileiros. Ao contrário, este estudo examina as bases lançadas pelos ativistas focalizando a organização tardia do Brasil contra abusos dos direitos humanos no Cone Sul e outras partes da América Latina. Como indicou Lars Schoultz, “os ‘brasilianistas’ ensinaram ao restante do grupo de direitos humanos tudo que eles precisavam saber para começar”.<sup>6</sup> A construção de uma rede nacional de ativistas, a documentação sobre a tortura e repressão sistemáticas, o posicionamento público de figuras proeminentes em oposição aos abusos contra os direitos humanos e a construção paciente de contatos com a imprensa – tudo contribuiu para forjar a imagem do Brasil sob o domínio militar como uma terra de tortura e terror. Histórias vívidas do tratamento de prisioneiros políticos criaram símbolos poderosos para uma discussão sobre repressão policial na América Latina sob os regimes militares autoritários apoiados pelo governo norte-americano. As bases lançadas por esses primeiros ativistas que se preocuparam com o Brasil, especialmente o impacto de seus esforços na imprensa, forneceram uma importante base para a organização política subsequente, durante as administrações Ford, Carter e Reagan.

#### *Ativistas da solidariedade latino-americana se aglutinam*

W. Michael Weis,<sup>7</sup> em sua avaliação da cobertura da imprensa norte-americana do golpe de 1964 no Brasil, mostrou que os oficiais norte-americanos “manusearam os jornais” de forma bem-sucedida, no período de três meses logo após o golpe militar. Com

raras exceções, o público norte-americano recebeu uma visão distorcida do regime Goulart. De acordo com a análise de Weis, apenas o *New York Times* e o *Washington Post* apresentaram a posição dos dois lados da crise, embora tenham citado os rebeldes militares muito mais do que os membros do governo Goulart. Weis atribui isso, em parte, ao grande número de jornalistas envolvidos na reportagem dos eventos para esses dois jornais. Outros periódicos confiaram nos serviços de telégrafo e tenderam a apresentar uma versão unilateral e pró-militar dos eventos. A imprensa deu um apoio quase unânime ao reconhecimento-relâmpago do novo governo militar pela administração Johnson e à agenda dos líderes anticomunistas do golpe (embora tenham sido notadas exceções, como o *Nation*, o *New Republic* e o *Daily Worker*). Os repórteres ignoraram amplamente as prisões maciças dos oponentes do regime, apelidando a mudança do poder de “golpe sem sangue”, que evitara a guerra civil.

Dessa forma, a um público norte-americano desinformado era dada a impressão de que o novo governo brasileiro havia defendido a democracia de um assalto comunista. Esta noção reforçava meramente o sentimento público penetrante, segundo o qual, em 1964, quando pesquisados sobre questões de política externa, 86% dos cidadãos norte-americanos temiam as ameaças comunistas – a mais alta porcentagem na história americana.<sup>8</sup> A cobertura da imprensa sobre os acontecimentos políticos no Brasil logo desapareceu das primeiras páginas dos jornais e revistas.

Embora a situação política no Brasil não tenha lançado faíscas de protestos contra a colaboração norte-americana com os generais no poder, como Bob Dylan observou, os tempos estavam, de fato, mudando. Mobilizações pelos direitos civis no Sul norte-americano, apoiadas nos *campi* universitários por todo o país, levaram ao Berkeley Free Speech Movement em 1964 e a uma grande politização dos estudantes, que desafiavam o discurso da guerra fria anticomunista e criticavam os limites da democracia nos Estados Unidos. A oposição ao envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã começou a expandir-se em 1965, criando um clima no qual uma nova geração começou a questionar a política externa de Washington por toda a parte.

A invasão da República Dominicana, em 1965, com o apoio das tropas brasileiras, dramatizou a disposição do governo norte-americano de intervir militarmente na América Latina quando seus interesses geopolíticos supostamente estivessem ameaçados. Esses acontecimentos em torno da invasão também tiveram um profundo efeito num grupo de missionários radicalizados e ex-voluntários que haviam servido na República Dominicana e vivenciado a intervenção em primeira mão. Muitos persistiram e tornaram-se, nos anos seguintes, líderes do movimento de solidariedade latino-americana.

A oposição às políticas de Lyndon B. Johnson relativas à guerra civil na República Dominicana também refletiram uma mudança na maneira como muitos intelectuais viam a política externa norte-americana para a América Latina. Várias semanas após a invasão norte-americana de 25 de abril de 1965, um grupo de acadêmicos, que se autodenominava Comitê Universitário sobre a República Dominicana, conseguiu mais de cem assinaturas de acadêmicos importantes da América Latina e publicaram a “Carta de especialistas latino-americanos para o presidente Johnson sobre a crise dominicana” no *New York Times*. A lista dos acadêmicos que apoiavam a declaração incluía alguns dos mais proeminentes professores de estudos latino-americanos no país, bem como jovens estudiosos que liderariam esse campo nos 30 anos seguintes.

A linguagem da declaração de protesto ainda expressava sua oposição à política externa norte-americana no sistema das iniciativas da reforma liberal das administrações Kennedy e Roosevelt. Embora moderada no tom (talvez a fim de receber amplo apoio entre os acadêmicos), a petição, no entanto, desafiou as premissas básicas das iniciativas da guerra fria que marcaram a política externa norte-americana para a América Latina no rastro da Revolução Cubana.

Em 1967, uma ampla coalizão de diferentes forças fundou o Congresso Norte-Americano sobre a América Latina – Nacla. Inicialmente, o Nacla atuou como um fórum aberto para unir indivíduos dispersos geograficamente que se opunham à intervenção norte-americana na América Latina e favorecia a mudança social de longo alcance pelo continente. Os patrocinadores do projeto Nacla tinham visões amplamente divergentes de sua missão: iam de defensores da não-violência a simpatizantes da luta armada. Alguns viam a organização como uma forma de apelar aos oficiais para a mudança das políticas governamentais, enquanto outros priorizavam a educação do público como um meio de criar uma “alternativa radical às atuais políticas e atitudes”.<sup>9</sup> Alguns achavam que seu papel era construir alianças e dar apoio aos revolucionários latino-americanos, enquanto outros afirmavam: “a revolução latino-americana é muito dependente de alguma forma de revolução nos Estados Unidos”.<sup>10</sup>

O projeto Nacla, com financiamento do Departamento Latino-Americano do Conselho Nacional de Igrejas, terminou por focar a pesquisa sobre a América Latina. O *Boletim Nacla* cresceu rapidamente, passando de uma modesta circular de oito páginas mimeografadas a uma publicação que incluía artigos detalhados sobre tópicos como empresas multinacionais norte-americanas com pesados investimentos na América Latina, ajuda militar à região e processos políticos nacionais no continente. A importância do Nacla como uma força de ativistas solidários que se aglutinavam em âmbito nacional não deve ser subestimada. Ao fornecer um fluxo contínuo de informação sobre as relações econô-

micas, políticas e militares entre os Estados Unidos e a América Latina, o *Boletim Nacla* e outras publicações do coletivo forneciam aos estudantes e ativistas análises compreensivas dos mecanismos da dominação imperial norte-americana.

Durante os quatro anos seguintes, mais de 12 outras organizações se formaram e compartilharam os impulsos iniciais da educação e da ação política dos primeiros fundadores do Nacla. Esses grupos, em geral, englobavam a mesma coalizão diversificada de voluntários que haviam regressado da América Latina, estudantes radicais, latino-americanos que residiam nos Estados Unidos, pós-graduandos de esquerda e jovens professores nas universidades que tinham programas de estudos latino-americanos. Alguns enfocavam um país específico, como os Amigos Americanos da Guatemala, enquanto outros levantavam questões sobre a América Latina como um todo. Em geral, possuíam recursos limitados, com não mais do que poucas dúzias de membros ativos ao mesmo tempo. A maioria operava coletivamente e produzia um único boletim, que relacionava as questões da América Latina às lutas políticas e dos trabalhadores dos Estados Unidos, bem como à Guerra do Vietnã, então em andamento.

#### *As campanhas contra a repressão e a tortura no Brasil*

A aposentadoria obrigatória de 68 professores da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em abril de 1969, forneceu uma questão dramática em torno da qual se mobilizar nos Estados Unidos. Muitos desses professores eram acadêmicos internacionalmente renomados. Alguns deles apoiaram a esquerda; outros, simplesmente, participaram de discussões na universidade sobre as reformas do ensino superior. Philippe Schmitter, à época professor-assistente de ciência política na Universidade de Chicago, estava no Brasil quando o governo publicou o decreto de aposentadoria forçada. Ele imediatamente escreveu um relatório para os “oficiais da Associação de Estudos Latino-Americanos e outros acadêmicos interessados no Brasil” sobre a situação e sugeriu várias medidas para mostrar apoio aos professores afetados pelo decreto. Seu relatório, que caiu nas mãos das agências de inteligência brasileiras, mais tarde foi expandido e publicado numa revista de ciências sociais.<sup>11</sup> Quase imediatamente, membros da Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa) responderam, rascunhando uma carta de protesto assinada por acadêmicos proeminentes, ainda que moderados politicamente, tais como o professor John J. Johnson, presidente do Comitê de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Stanford, e o professor Charles Wagley, da Universidade de Colúmbia.

Documentos internos do governo brasileiro indicam que os militares estavam particularmente preocupados com este protesto. Num *communiqué* de 17 de dezembro de 1969, Celso Diniz, o *charge d'affaires* em Washington, enviou ao ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, uma cópia do relatório de 15 de maio produzido por Schmitter, junto com vários relatórios publicados sobre a Lasa. No memorando anexo às cópias dos documentos, o oficial da Embaixada brasileira observava que a declaração de protesto de abril era apoiada por “professores liberais, como Thomas Skidmore (...), bem como (...) conservadores como Charles Wagley”. Brasília pediu que a Embaixada providenciasse também informação de fundo sobre Schmitter.<sup>12</sup>

Em outro protesto coletivo, artistas norte-americanos decidiram abandonar a exibição Bial de Arte Internacional de São Paulo.<sup>13</sup> O Ministério das Relações Exteriores ficou bastante perturbado com isto e enviou vários telegramas instruindo o embaixador brasileiro a exercer influência no sentido de reverter a decisão dos artistas.<sup>14</sup> Os oficiais do governo brasileiro tentaram freneticamente remendar alguma forma de delegação norte-americana, a fim de conter a publicidade negativa, mas, ao final, não foram bem-sucedidos.

No final de 1969, em meio a essa atmosfera de repressão intensa, vários brasileiros vieram aos Estados Unidos para encorajar o desenvolvimento de uma campanha internacional para responder ao terror crescente. Encontraram-se com um grupo pequeno de cidadãos norte-americanos e uns poucos exilados brasileiros. Embora o grupo fosse diverso em prática e ideologia política, todos os membros tinham um intenso envolvimento com a justiça social na América Latina e se tornaram profundamente abalados com os níveis crescentes da repressão no Brasil. O grupo incluía Brady Tyson, um professor associado de Estudos Latino-Americanos na Universidade Americana, e Ralph Della Cava, um jovem estudante de doutorado em história na Universidade de Colúmbia, que tinha recentemente terminado uma pesquisa no Nordeste brasileiro e cedo iria trabalhar no Queens College.

Jovelino Ramos, outro membro do grupo, era um ativista presbiteriano brasileiro que tinha deixado o Brasil após o AI-5. Acabou estudando na Colúmbia University, ao mesmo tempo em que trabalhava meio período para os Ministros Rurais e Urbanos da Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos, e mais tarde para a Comissão de Justiça e Liberação do Conselho Nacional de Igrejas. Thomas Quigley trouxe sua experiência como diretor-associado do Bureau Latino-Americano da Conferência Católica Norte-Americana. William L. Wipfler, que era um missionário na República Dominicana, atuava como diretor do Departamento Latino-Americano do Conselho Nacional de Igrejas. Ambos, Wipfler e Quigley, tinham cargos importantes em suas respectivas organizações religiosas nacionais, além de conexões internacionais, através do Conselho Mundial de Igrejas e da

Igreja Católica. Tyson, que foi expulso do Brasil em 1966 por atividades políticas contra a ditadura, teve fortes ligações com líderes religiosos no movimento de direitos civis norte-americanos.<sup>15</sup> Della Cava também havia desenvolvido laços pessoais fortes com brasileiros progressistas quando residiu no Brasil, nos anos 60; tinha, também, vínculos com católicos progressistas nos Estados Unidos.

Os oponentes brasileiros ao regime que passavam por Nova York davam a essa rede de ativistas extensa documentação acerca da tortura sistemática de prisioneiros políticos que estava ocorrendo no Brasil. Os brasileiros estavam convencidos de que minar o apoio do governo norte-americano ao regime militar (através de uma disseminação ampla de informação sobre a tortura) era essencial para enfraquecer o tratamento repressivo por parte dos militares à oposição. Della Cava traduzia a documentação que havia sido escrita pelas próprias vítimas e, então, contrabandeada da prisão por parentes que as visitavam ou por padres.<sup>16</sup> “Muitos [registros] foram rabiscados em restos de papel sujo, sacos de papel ou envelopes amarrotados e eram difíceis de decifrar”, lembrou Wipfler, anos mais tarde. “Outros eram escritos em letras minúsculas num único pedaço de papel higiênico; para ler, era necessário usar uma lente de aumento”.<sup>17</sup> O grupo de Nova York, com o apoio de outros oponentes do regime militar, adotou uma estratégia de bastidores para levantar o sentimento público contra a crescente repressão política no Brasil.

Embora a grande imprensa relatasse as medidas públicas arbitrárias do regime militar, especialmente após a passagem ao AI-5, as notícias sobre a tortura crescente de prisioneiros políticos ainda não havia atingido a mídia norte-americana. Della Cava<sup>18</sup> lembrou que as tentativas iniciais para conseguir que o *New York Times* relatasse a tortura no Brasil encontraram resistência. Portanto, ele e os membros do grupo de Nova York decidiram colocar artigos, simultaneamente, em diferentes revistas religiosas e progressistas – uma forma de pressionar a indústria de notícias como um todo a recuperar a história. A estratégia funcionou; por volta de 1970, aos periódicos tais como *Christianity and Crisis*, *The Christian Century*, *Commonweal*, *Christianity Today*, *The Nation* e *The Progressive* se juntaram semanais com grande circulação, tais como *Newsweek*, *Time* e *Look* na reportagem sobre os excessos sofisticados de sadismo humano.<sup>19</sup> Como resultado dessa campanha da imprensa, no início dos anos 70, o Brasil foi associado na imprensa e na mente do público a tortura e repressão. Além do mais, estudiosos internacionais da lei apresentaram-no como um exemplo importante de um país cujo governo se engajou na tortura sistemática de seus oponentes.<sup>20</sup>

Apesar das conexões internacionais que suas posições permitiam, Quigley e Wipfler trabalhavam para organizações religiosas que eram hesitantes em assumir um perfil público na campanha contra a tortura. Dessa forma, o grupo decidiu formar um comitê indepen-



dente, o American Committee for Information on Brazil (Comitê Americano para a Informação sobre o Brasil), o qual compôs um panfleto, *Terror no Brasil: um dossiê*.<sup>21</sup> Esse documento de 18 páginas apresentava uma cronologia dos acontecimentos no Brasil desde o golpe de 1964. Publicava, também, a declaração das prisioneiras políticas aprisionadas na Ilha das Flores, Rio de Janeiro, descrevendo o tratamento desumano que recebiam e ressaltava a oposição da Igreja Católica brasileira às políticas do regime. Colocada em destaque, na segunda página estava a declaração: *Não podemos permanecer em silêncio*, assinada por líderes religiosos, acadêmicos e dos direitos civis. A declaração afirmava: “Nós não podemos permanecer em silêncio em face da evidência devastadora da negação flagrante dos direitos humanos e da dignidade, que nos chega do Brasil (...). Agir dessa forma nos tornaria cúmplices daqueles que são os autores e perpetradores dessa repressão”. Tyson, que havia participado do movimento norte-americano dos direitos civis, coletou os nomes de importantes figuras do setor, enquanto Wipfler, através de seus contatos com o Conselho Nacional das Igrejas, reuniu o apoio entre seus membros constituintes.<sup>22</sup>

A inclusão de figuras afro-americanas proeminentes, como Ralph Abernathy e Andrew Young, foi importante para a campanha: eles representavam o legado de Martin Luther King Jr., e sua posição política sobre as questões relacionadas à América Latina instaurou um precedente para uma resposta mais ampla dos líderes dos direitos civis ao golpe do Chile, três anos mais tarde, e à intervenção norte-americana na América Central, nos anos 80. As assinaturas de muitos representantes de denominações protestantes tradicionais, incluindo aqueles que faziam trabalho missionário na América Latina, bem como representantes da hierarquia católica, acrescentaram um tom a mais de seriedade e distância política à declaração. Após a publicação de *Terror no Brasil*, apoiada por tantas figuras religiosas, a imprensa levou muito mais a sério as alegações de tortura.<sup>23</sup>

O dossiê foi amplamente distribuído na Segunda Conferência Nacional da Lasa, em abril de 1970, em Washington, e teve um tremendo impacto.<sup>24</sup> Durante a reunião de negócios, uma resolução unânime, patrocinada pelo professor Thomas Skidmore, membro do Comitê Executivo da Lasa, protestou contra a violação dos direitos acadêmicos por parte do regime brasileiro. Registrou, também, preocupação com os relatos freqüentes dando conta de que o governo estava praticando tortura sistemática de intelectuais e outros indivíduos. A resolução concluiu autorizando o Comitê de Relações de Governo da Lasa a organizar uma missão ao Brasil, se necessário, para preparar um relatório sobre a situação. Para abreviar esse esforço, o governo brasileiro, subseqüentemente, negou a Skidmore, que era também presidente do Comitê de Relações do Governo, um visto temporário em julho de 1970.<sup>25</sup>

De acordo com Ralph Della Cava,<sup>26</sup> a participação de Márcio Moreira Alves na Conferência da Lasa trouxe à casa a gravidade da repressão política no Brasil. Para desgosto da Embaixada brasileira, Alves conseguiu entrar nos Estados Unidos em 1969, a fim de mobilizar a oposição ao governo brasileiro.<sup>27</sup> Ele entrou escondido no país, novamente, em 1970, para participar da Conferência da Lasa, mesmo com o passaporte cancelado pelo governo militar. Sua presença ajudou a consolidar o apoio para a campanha contra o regime militar.<sup>28</sup>

#### *Construindo uma rede de solidariedade nos Estados Unidos*

Outro oponente principal da ditadura militar que se expressou nos Estados Unidos foi Marcos Arruda. O ex-geólogo e ativista político havia sido preso em São Paulo, em 1970, quando estava trabalhando numa fábrica e morando num bairro operário. Brutalmente torturado, escapou da morte no cativeiro apenas devido ao esforço da sua família e a uma campanha travada pela Anistia Internacional e outros para obter sua libertação.<sup>29</sup>

A Anistia Internacional mencionou a questão da tortura pela primeira vez em seu relatório anual de 1966-67, quando anunciou uma nova política para “cooperar com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha para estabelecer o direito de investigar os alegados casos de tortura”. Afirmava, também, que os setores nacionais “deveriam dar ao problema da tortura atenção especial”.<sup>30</sup> O golpe militar de direita na Grécia, em maio de 1967, ofereceu à Anistia Internacional a oportunidade de implementar essa nova política quase imediatamente, uma vez que os generais naquele país prenderam milhares de presos políticos e submeteram centenas à tortura.

Uma das primeiras campanhas da Anistia Internacional mais amplamente divulgadas contra a tortura na América Latina enfocava o caso de Marcos Arruda. O registro detalhado de sua prisão, bem como sua carta emotiva ao papa Paulo VI, publicada nos relatórios da Anistia e nos anais de uma audiência do Senado norte-americano, chamaram a atenção do público.<sup>31</sup> A libertação de Arruda foi um sucesso para os grupos da Anistia Internacional. Em 1971, Arruda se mudou para Washington, para se unir à sua mãe, que estava vivendo lá. Logo após sua chegada, Dan Griffin, um jornalista do *Washington Post* que havia residido no Brasil por três anos trabalhando para o bispo católico em Natal, conduziu uma reportagem de uma página inteira sobre a prisão e tortura sofrida por Arruda.<sup>32</sup> Uma semana depois, o *Washington Post* publicou um editorial pungente denunciando a recusa do governo brasileiro a permitir que investigadores independentes verificassem acusações de tortura e citando o caso de Arruda como um exemplo dos excessos do regime militar.<sup>33</sup>

Arruda, junto com um grupo de latino-americanos residentes na área de Washington e de ativistas políticos norte-americanos interessados na América Latina, formou o Comitê Contra a Repressão no Brasil – Carib. Outro grupo, os American Friends of Brazil, começou a publicar o *Brazilian Information Bulletin*, em Berkeley, em fevereiro de 1971. Esses grupos se tornaram os dois pólos de apoio para os ativistas da solidariedade ao Brasil.<sup>34</sup> O *Brazilian Information Bulletin* foi fundado por um pequeno grupo de residentes da baía de São Francisco, que incluía os voluntários dos Corpos da Paz, ativistas da Igreja, estudantes brasileiros e exilados políticos, entre eles Anivaldo Padilha, um jovem líder da Igreja Metodista que, como Marcos Arruda, havia sido preso e torturado no Brasil em 1970. O *Boletim*, de 12 páginas, foi enviado para as bibliotecas das universidades, para os jornalistas da grande imprensa que cobriam Brasil ou América Latina e para uma lista de assinantes. Um rol oficial de patrocinadores, incluindo professores universitários, deu à publicação um tom acadêmico.

Após a invasão do Camboja pela administração Nixon, a oposição à guerra no Sudeste da Ásia se expandiu significativamente. A marcha sobre Washington, em 24 de abril de 1971, foi, talvez, a mais ampla demonstração antiguerra na história da capital da nação; as atividades maciças de desobediência civil, na semana seguinte, lotaram as prisões da cidade. As ações de solidariedade relacionadas à América Latina, entretanto, permaneceram confinadas a pequenos grupos de ativistas. Por exemplo, a Frente Comum sobre a América Latina, que nasceu do trabalho de protesto sobre o Brasil em Washington, envolvia uma quantidade pequena de filhos de diplomatas estrangeiros, ativistas da paz, clero e exilados políticos de diversos países da América Latina. Na área de Washington não havia grandes comunidades de imigrantes latino-americanos que pudessem fornecer uma base constituinte para a organização política. Como Loretta Strharsky – uma ex-voluntária da Igreja Católica na República Dominicana e militante das atividades de solidariedade latino-americana – lembrou, anos mais tarde, “não havia sacos com corpos vindo do Brasil e trazendo garotos americanos dentro deles (...) então, por que se preocupar? E com o Vietnã em todas as primeiras páginas dos jornais, para onde foi [a cobertura do] Brasil? Para algum outro lugar. O mesmo valia para a África”.<sup>35</sup>

O Comitê contra a Repressão no Brasil e o *Brazilian Information Bulletin* forneceram informações e a direção política aos outros coletivos de solidariedade latino-americana espalhados pelo país. Eles também organizaram giros nacionais de brasileiros que fizeram apresentações sobre a situação política no país. Anivaldo Padilha, com o apoio da Frente Interna em Missão (um programa patrocinado pelas Igrejas Presbiterianas Unidas e pelas Igrejas Metodistas Unidas nos Estados Unidos para ajudar exilados políticos), viajou extensivamente entre 1971 e 1974, discursando para diferentes audiências nas univer-

sidades, colégios, sindicatos, igrejas locais e conferências regionais e nacionais da Igreja.<sup>36</sup> Marcos Arruda também viajou pelos *campi* norte-americanos, apoiado pelos grupos locais de solidariedade latino-americana ou por professores universitários simpáticos à causa. Os ativistas dos direitos humanos no Brasil também apoiaram uma viagem, em 1973, de Jean Marc Van der Weid, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes. Sua experiência como vítima da tortura e suas análises políticas dos laços entre injustiça social e violência do governo cativaram as audiências e ganharam apoio para a campanha dos direitos humanos.

A fim de chamar a atenção para o que considerava a indireta cumplicidade do governo norte-americano com a tortura, através do suporte ao regime brasileiro, o Comitê contra a Repressão no Brasil escolheu como sua primeira campanha uma demonstração de protesto em frente à Casa Branca durante a viagem do presidente Médici a Washington, em dezembro de 1971. O governo brasileiro tinha, originalmente, agendado uma viagem diplomática de cinco dias a Washington e Nova York, destacando-se uma reunião com Nixon, mas a visita foi reduzida a dois dias, sem explicação oficial. Um pouco antes de Médici chegar, o governo brasileiro anunciou que ele não falaria ao Clube da Imprensa Nacional nem participaria de quaisquer conferências de imprensa. O principal jornal brasileiro de oposição, *O Estado de S. Paulo*, relatou: “Essa atitude está sendo interpretada como um meio de evitar um foco em temas como repressão no Brasil”.<sup>37</sup> Da mesma forma, a idéia de falar ao Congresso foi eliminada, muito provavelmente, de acordo com o *Washington Post*, “para evitar a possibilidade de uma demonstração hostil”.<sup>38</sup>

Médici, entretanto, não escapou tão facilmente. Trinta e três proeminentes representantes do clero norte-americano e dirigentes religiosos “enviaram uma carta ao ditador em sua residência em Blair House, Washington, exigindo que se permitisse a uma equipe de observadores internacionais investigar os inúmeros relatórios de tortura e repressão que chegavam do Brasil”.<sup>39</sup> Dan Griffin, do *Washington Post*, propôs três “pontos que provavelmente não seriam perguntados a Médici”, que incluíam os efeitos negativos do crescimento do Produto Interno Bruto (quase dois dígitos nos últimos três anos, o *milagre econômico*) sobre os pobres e a classe trabalhadora, a falta de democracia que continuava no país e a excessiva concentração de poder nas mãos da Presidência.<sup>40</sup> Enquanto o governo militar brasileiro sofria ataques na imprensa, o Comitê Contra a Repressão no Brasil encenava sua demonstração na frente da Casa Branca.

As vítimas da repressão no Brasil também usaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, sediada na matriz da OEA, em Washington, como outro fórum para isolar o regime militar brasileiro. A Comissão Interamericana operou independentemente de quaisquer influências ou *lobby*, mas o nú-

mero crescente das histórias e das notícias no *New York Times* e no *Washington Post* influenciou, provavelmente, alguns de seus membros, que foram encarregados de avaliar a veracidade das supostas atrocidades cometidas pelas autoridades brasileiras em consequência do AI-5. Embora o representante do Brasil na Comissão, Dr. Carlos Dunshee de Abranches, tentasse sistematicamente obstruir qualquer investigação dos casos submetidos a revisão, em duas instâncias os esforços do governo brasileiro foram frustrados.

Um caso envolveu a petição de junho de 1970 em favor de Olavo Hansen, um sindicalista de São Paulo que foi preso arbitrariamente, torturado e assassinado na prisão no mês anterior. O governo brasileiro negou ao Dr. Durward Sandifer, representante norte-americano na Comissão e relator da petição, o direito de visitar o Brasil e investigar o caso. Esta decisão – que, na verdade, recusava a verificação independente das violações dos direitos humanos – também maculou a imagem internacional dos generais, como um editorial do *Washington Post* indicou.<sup>41</sup> A Comissão Interamericana, subseqüentemente, passou uma resolução recomendando que os responsáveis pela morte decorrente de tortura de Hansen fossem levados à justiça e que sua família fosse indenizada.<sup>42</sup>

O segundo caso dizia respeito a várias pessoas e a violações de seus direitos à vida e liberdade, garantia pessoal e proteção contra prisão arbitrária, além do processo pelo qual passava o país desde a implementação da legislação repressiva, em dezembro de 1968. Novamente, o governo brasileiro opôs resistência no auxílio a qualquer investigação das responsabilidades, insistindo que não havia nenhuma violação dos direitos humanos no Brasil. A Comissão reagiu, concluindo em seu relatório anual que “no Brasil, casos graves de tortura, abuso e maus tratos têm ocorrido a pessoas de ambos os sexos, privando-os de sua liberdade”.<sup>43</sup> Estes casos também abriram precedente para a enxurrada de denúncias que atingiu a Comissão Interamericana após o golpe militar no Chile, em 1973, e o golpe de Estado na Argentina, em 1976.

#### *Ampliando o foco*

Durante o banquete na Casa Branca em homenagem ao general Médici, em dezembro de 1971, o presidente Nixon levantou um brinde a seu hóspede: “Sabemos que a forma como o Brasil irá indica a forma como irá o resto do continente latino-americano”.<sup>44</sup> Qualquer que tenha sido o significado por trás desse comentário do presidente, a crescente campanha contra a tortura e repressão no Brasil estava estabelecendo um padrão de ativismo de solidariedade às lutas populares na América Latina.

A maioria dos ativistas engajados nos pequenos coletivos políticos trabalhando no país no período anterior ao golpe chileno concordava politicamente com os objetivos socialistas ou de esquerda dos revolucionários ou dos movimentos de oposição no Brasil e em outros lugares. Uma tarefa-chave era desafiar a política oficial do governo norte-americano, que deu apoio aos militares brasileiros e a outros regimes, via ajuda militar e econômica, facilitando, assim, a repressão das forças de oposição locais. A principal estratégia que os ativistas empregavam, entretanto, era construir um movimento de base ampla, ao apelar para questões que o público geral norte-americano podia tanto entender, como se identificar com elas. A ênfase nos direitos humanos, embora o termo ainda não fosse largamente utilizado, falava de uma repulsa ao comportamento governamental que violava noções hegemônicas de justiça, igualdade e democracia. Isso explicava, em parte, o uso bem-sucedido da questão da tortura como um meio inicial de unir personalidades liberais e moderadas, especialmente líderes acadêmicos e religiosos.

Os ativistas da solidariedade brasileira, entretanto, tentaram educar aqueles que podiam atingir sobre questões sociais ou políticas mais amplas, que consideravam um resultado direto da política de repressão. Elas incluíam o impacto das políticas econômicas dos militares entre a classe trabalhadora e os pobres, o papel da ajuda de Washington à polícia e aos militares na sustentação do regime e o tratamento do governo brasileiro à população indígena.

Em 1972, por exemplo, o Comitê contra a Repressão desenvolveu um *show de slides*, “Brasil: milagre para quem?”, o qual foi utilizado como um instrumento de organização na Igreja, na comunidade e nos grupos progressistas para desenhar o elo entre o regime militar repressivo e suas políticas econômicas reacionárias. A investigação das políticas norte-americanas e dos programas no Brasil (realizada pelo Subcomitê de Relações Exteriores do senador Frank Church, em maio de 1971) adicionou combustível ao fogo, na medida em que criticavam o apoio federal dos programas do Escritório de Segurança Pública que financiavam a polícia brasileira envolvida em tortura.<sup>45</sup>

Em 1974 o *Brazilian Information Bulletin* colaborou fornecendo informação de fundo para o programa da peça *Selvagens*, em Los Angeles, uma peça de Christopher Hampton sobre os índios da Amazônia.<sup>46</sup> Naquele mesmo ano, o Informação sobre os Povos Nativos das Américas (Indígena), um grupo com base em Berkeley, formado para defender os direitos dos indígenas, em colaboração com os Amigos Americanos do Brasil e o antropólogo Shelton H. Davis, publicou um panfleto de 70 páginas, o primeiro relatório compreensivo nos Estados Unidos sobre a política do governo brasileiro com relação ao povo indígena.<sup>47</sup>

Todas essas questões receberam cobertura consistente nas páginas do *Boletim de Informação Brasileira*; e, como resultado de uma campanha persistente de informação realizada pelos ativistas, críticas a tais questões se tornaram cada vez mais comuns na grande imprensa. Alguns desses artigos parecem diretamente influenciados pelos críticos de esquerda do regime militar. *Newsweek*, por exemplo, escreveu acerca da influência econômica do Brasil sobre seus vizinhos, apresentando argumentos muito similares àqueles das críticas marxistas de Ruy Mauro Marini ao que chamou de *subimperialismo brasileiro*.<sup>48</sup>

O esforço do governo brasileiro para reagir à sua imagem negativa no exterior com uma campanha de relações públicas internacional também encontrou protestos. Por exemplo, o *Brazilian Information Bulletin*, de janeiro de 1973, publicou um artigo sobre “a campanha mundial do governo militar brasileiro para neutralizar a imagem de crueldade e terror que a ditadura tinha adquirido na opinião pública internacional”. Para atingir esse objetivo, a publicação declarava que o governo “utiliza diferentes meios, tais como campanhas de propaganda na mídia, viagens especiais de dignitários ao exterior, exposições artísticas e culturais, artigos comissionados em revistas e, mais recentemente, a celebração do aniversário dos 150 anos de independência do Brasil”. O *Boletim* também publicou uma carta de Herbert S. Klein, na época professor-assistente de História na Universidade de Colúmbia, que havia cancelado sua participação num simpósio sobre o Brasil organizado na Universidade Johns Hopkins devido ao envolvimento de “instituições e fundações não-acadêmicas, bem como empresas privadas americanas”, criando uma situação na qual o “único objetivo da conferência é dar apoio ao atual regime”.<sup>49</sup>

Klein não estava enganado. Uma revisão dos arquivos do Itamaraty em Brasília revela que a Embaixada brasileira em Washington gastou muita energia e tempo corrigindo a “imagem do Brasil no exterior” através dos meios alegados no *Brazilian Information Bulletin*. Estes incluíam o apoio financeiro do governo para viagens ao Brasil de jornalistas que escrevessem favoravelmente ao regime e colocassem artigos na imprensa americana; vigilância de pessoas que criticassem o regime nos Estados Unidos; e contratação de uma empresa norte-americana de relações públicas para cuidar da visita de Médici.<sup>50</sup>

#### *O Tribunal Bertrand Russell*

A última grande campanha desenvolvida pelos ativistas foi o apoio ao Tribunal Bertrand Russell sobre Repressão, um esforço internacional para disseminar informação sobre tortura e repressão no Brasil. Em 1966, o filósofo Bertrand Russell criou um comitê

para investigar os crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos no Vietnã, que denunciou as políticas agressivas de Washington no Sudeste da Ásia. O Tribunal Bertrand Russell desempenhou um importante papel na construção da oposição internacional ao conflito, num tempo em que o movimento antiguerra norte-americano encontrava-se, ainda, nos estágios iniciais.

Em outubro de 1971, um grupo de exilados brasileiros em Santiago do Chile contactou Lélío Basso, um senador socialista independente, que havia sido relator do Tribunal Russell sobre o Vietnã, para persuadi-lo a organizar um tribunal semelhante para a repressão no Brasil. Basso aproximou-se da Fundação Russell para a Paz para obter patrocínio. O Tribunal reteve alguns dos primeiros participantes, mas também se expandiu para incluir outras celebridades internacionais. Conforme concebido por seus organizadores, seu objetivo era ir além da mera denúncia das manifestações mais aparentes de repressão no Brasil “para investigar as causas e conseqüências desta situação (...) [analisando] a situação cultural, política, econômica e social do Brasil, internamente bem como internacionalmente, porque é a única forma de alertar a opinião pública para o que está realmente acontecendo”.<sup>51</sup> Não obstante, a organização criticava o desenvolvimento capitalista brasileiro, assim como a hegemonia imperial norte-americana na região.

Como esses objetivos pareciam muito grandiosos, o apoio à idéia de um tribunal andou aos tropeços durante 1972 e início de 1973, na medida em que grupos de oposição dos exilados políticos discordavam sobre a fórmula para agregar a organização. Por volta de meados de 1973, entretanto, a maioria dos grupos de exilados de esquerda endossou a proposta da Frente Brasileira de Informação, um grupo com centros na Argélia, Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Itália, Suécia e Suíça. Um grupo internacional de personalidades prestigiadas, conhecidas por seu envolvimento com as causas progressistas (tais como Gabriel García Márquez, Jean-Paul Sartre, Noam Chomsky e Pablo Neruda) emprestou legitimidade à idéia. No entanto, o Tribunal ainda enfrentou sérias dificuldades financeiras e organizacionais. O *Brazilian Information Bulletin* publicou notícias sobre os esforços planejados e, no início de setembro de 1973, o Comitê contra a Repressão no Brasil organizou uma Conferência Americano-Brasileira em Nova York para ampliar o apoio.

Uma semana depois, os acontecimentos no Chile levaram os organizadores do Tribunal a repensar seu foco exclusivo no Brasil, à medida que o mundo respondia às maciças prisões e repressão em conseqüência do golpe de Pinochet. A organização mudou seu nome para Tribunal Bertrand Russell sobre a Repressão no Brasil, Chile e América Latina e realizou sua primeira sessão em Roma, de 30 de março a 5 de abril de 1974. Após ouvir o



testemunho de vítimas da tortura do Brasil, Chile e outros países da América Latina, o Tribunal pronunciou um veredicto provisório, condenando os regimes repressivos da região.

Embora os anais do Tribunal recebessem pouca cobertura na imprensa norte-americana, os acontecimentos no Chile tinham lançado um movimento nacional de solidariedade. Aquilo que se tinha iniciado como um esforço isolado de um punhado de clérigos, acadêmicos e exilados, focalizando o Brasil, agora mudava de rumo, tornando-se um movimento muito mais amplo em torno de questões dos direitos humanos e da cumplicidade de Washington com a deposição dos governos latino-americanos.

A questão da tortura no Brasil veio, de novo, à tona na imprensa norte-americana após a prisão e tortura, em 30 de setembro de 1974, de Fred Morris, um cidadão norte-americano que havia trabalhado em Recife como pastor e missionário metodista e que, ocasionalmente, atuava como jornalista para a revista *Time*. O incidente levou a uma audiência do Subcomitê de Relações Internacionais da Câmara de Deputados e se encaixou com a ampliação das atividades de direitos humanos relativos ao Chile.<sup>52</sup>

O Tribunal Bertrand Russel havia acabado de ampliar seu objetivo após o golpe militar do Chile e ativistas norte-americanos que haviam trabalhado nas questões do Brasil tiveram de ajustar sua agenda. Uma conferência nacional (originalmente planejada para a primavera de 1974 para focalizar exclusivamente o Brasil, apoiada pela Ação da Comunidade sobre a América Latina, com sede em Madison, Wisconsin) mudou de nome, para Conferência sobre a Repressão e Desenvolvimento no Brasil e América Latina. Centenas de estudantes, professores e ativistas chegaram juntos à Universidade de Wisconsin. O discurso principal foi o do ex-embaixador sueco no Chile, Harold Edelstam, que foi expulso após o golpe por ter ajudado centenas de chilenos e outros latino-americanos a obter asilo político em várias embaixadas. As atividades de solidariedade norte-americana com movimentos progressistas na América Latina haviam entrado numa fase qualitativamente diferente.

#### *O contexto mais amplo do movimento*

Uma leitura superficial das atividades do movimento de solidariedade latino-americana no final de 1960 e início de 1970 pode sugerir uma progressão meramente evolucionista, à medida que seu impacto cresceu com o tempo. De fato, de pequenos grupos de líderes religiosos, acadêmicos e outros engajados, que tinham algum laço com um dado país, em 1974 um movimento mais amplo havia se desenvolvido e conseguido, ao final da década,

popularizar a noção de direitos humanos e envolvido milhares de ativistas na causa. Muitos participantes tinham sido veteranos dos movimentos de 1960 pela paz e pelos direitos civis e trouxeram energia e engajamento às questões relativas, primeiramente, ao Brasil, e depois, ao Chile.

Os acontecimentos no Brasil, especialmente a crescente repressão de 1969, ocorreram precisamente na época em que a oposição à Guerra do Vietnã crescia dramaticamente nos Estados Unidos. A natureza dinâmica do movimento antiguerra e o cinismo político sobre a política externa norte-americana que a Guerra engendrou criaram um clima político propício a educar o público sobre outros países onde as taxas em dólares norte-americanos estavam apoiando os governos repressivos e autoritários. Assim, o boicote da Bienal de 1969 em São Paulo e a declaração *Não podemos permanecer em silêncio*, de 1970, brotavam de uma consciência política nascida dos confrontos com o racismo e com a guerra.

Do mesmo modo, a mudança na cobertura dos jornais sobre a situação política brasileira não pode ser explicada, simplesmente, como resultado dos esforços corajosos de um pequeno grupo de ativistas que aprendeu a colocar a informação estrategicamente na imprensa. Os jornalistas e editores que publicaram artigos ou editoriais sobre a tortura no Brasil refletiram os mesmos sentimentos que aqueles que questionavam a política externa norte-americana e sua vontade de relatar os excessos do regime brasileiro revelava o quanto o discurso anticomunista da guerra fria, que havia anunciado a destituição de Goulart, em 1964, havia enfraquecido à luz da Guerra do Vietnã. O apoio de Washington a um regime que torturava seus oponentes confirmou a noção de que o envolvimento norte-americano no Vietnã não fora meramente o resultado dos desatinos do Departamento de Estado, mas era parte de políticas externas mais amplas que foram pelo caminho errado.

A derrota de George McGovern na eleição presidencial de 1972 e o envolvimento decrescente dos norte-americanos no Vietnã em 1973 ganhou força com o movimento antiguerra. As atividades de solidariedade brasileiras também pareciam crescer naquele ano. Isto pode ter ocorrido, em parte, devido à situação política no Brasil, que havia chegado a um impasse. O governo Médici havia virtualmente dizimado todos os grupos de guerrilha de esquerda e a oposição legal estava efetivamente silenciada. As campanhas contra a tortura ganharam apoio internacional e vincularam o governo brasileiro às ações repressivas, mas não pareceram ter um efeito palpável sobre as políticas dos militares. O regime não estava prestes a introduzir a liberalização política e a oposição ainda estava cambaleando, dados os abalos dos quatro anos anteriores.

Nos Estados Unidos, a tortura no Brasil havia sido denunciada e, então, os homens e as mulheres de boa vontade passaram a participar em outras atividades progressistas. Mesmo a frase *grupo de solidariedade brasileira* não tem muito sentido, porque muitos

signatários de petições contra a tortura e a repressão no Brasil estavam reagindo contra uma situação desumana, e não necessariamente a favor de um programa ou de uma corrente política no Brasil. O punhado de brasileiros com inclinações esquerdistas nos Estados Unidos não articulava uma visão unificada que fosse além da denúncia dos excessos do regime com relação às três questões da tortura, do tratamento dado aos indígenas e da desigualdade social causada pelas políticas econômicas dos militares. Além disso, a maior parte do reduzido número de brasileiros que estudavam nas principais universidades, geralmente com bolsas patrocinadas pelo governo, hesitou em se envolver em quaisquer atividades políticas, por medo das repercussões quando voltassem ao Brasil.<sup>53</sup>

Pinochet mudou a dinâmica do já dissipado movimento de solidariedade latino-americana. O movimento de solidariedade chileno conseguiu ir aonde os ativistas em favor do Brasil não conseguiram. As audiências do senador Frank Church em 1971 sobre os programas e as políticas direcionadas ao Brasil foram um gesto isolado, embora tenha conseguido ajudar a torpedear o apoio de Washington ao treinamento da polícia latino-americana. Com o Chile, entretanto, os esforços cresceram tanto nas organizações originárias como no *lobby* junto aos altos escalões do governo. Os pequenos coletivos de solidariedade espalhados pelo país ganharam vida nova. Muitos grupos novos se formaram, construindo a partir da experiência forjada pelos ativistas brasileiros. Logo, as audiências de Watergate e as investigações do senador Church sobre os esforços de Washington para desestabilizar o governo Allende revelaram as profundezas de corrupção e depravação da administração Nixon e forneceram um espaço político mais amplo para uma discussão da política de direitos humanos na América Latina. O trabalho vinculado ao Brasil havia deitado as bases para tudo isso.

Por que, então, a organização contra o regime militar no Chile reluziu mais do que o trabalho anterior, de solidariedade em relação ao Brasil? Em parte porque o governo Goulart e os acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 ocorreram num momento político muito diferente daquele do início de 1970, do governo da Unidade Popular de Allende e do subsequente golpe de Pinochet. A maioria dos estudantes norte-americanos e outras legiões entusiásticas que trabalhavam no movimento de solidariedade ao Chile de meados para o final de 1970 estavam apenas no curso secundário quando Goulart foi deposto. Uma massa crítica de estudantes e outros ativistas ainda não havia se aglutinado no período inicial da Aliança para o Progresso, os Corpos da Paz e outras iniciativas de Kennedy-Johnson para o continente.

O programa ambíguo do governo Goulart, além disso, nunca se declarou claramente a favor de uma reestruturação radical da economia e da sociedade brasileiras. Não oferecia um modelo bem definido para a mudança, nem conseguiu capturar a imaginação da gera-

ção de ativistas que estava em formação. No início de 1970, ao contrário, esses ativistas, abastecidos pelos movimentos antiguerra e pelos direitos civis, abraçaram a agenda socialista progressista do governo Allende, debateram suas táticas e estratégias e ficaram horrorizados quando aquela “experiência de socialismo” foi tão brutalmente reprimida pelos militares. Os excessos do regime de Pinochet galvanizaram um segmento significativo de antigos ativistas contra a guerra; e as campanhas pelos direitos humanos contra as ditaduras do Cone Sul contribuíram para o movimento de solidariedade à América Central durante os anos Reagan.

*Tradução autorizada em outubro de 2004*

### *Notas*

\* James N. Green, Professor Associado, California State University, Long Beach; ex-presidente da Brasa – Brazilian Studies Association (Associação de Estudos Brasileiros); presidente do Comitê sobre o Futuro dos Estudos Brasileiros nos Estados Unidos.

\*\* Olga M. Charro, tradutora e socióloga, Núcleo de Estudos da Violência da USP – NEV-USP.

<sup>1</sup> Apud BESCHLOSS, Michael R. *Taking charge: the Johnson White House tapes, 1963-1964*. Nova York, Simon and Schuster, 1997, p. 306.

<sup>2</sup> SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy toward Latin America*. Princeton University Press, 1981, p. 6.

<sup>3</sup> FORSYTHE, David P. *Human rights and world politics*. 2 ed., Lincoln, University of Nebraska Press, 1989, p. 142.

<sup>4</sup> Cf. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (eds.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??*. São Paulo, Livramento, 1978; COSTA, Albertina Oliveira. *Memórias das mulheres do exílio: obra coletiva*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

<sup>5</sup> SCHOULTZ. *Human rights...*, op. cit., p. 195.

<sup>6</sup> Id., Correspondência, 2001.

<sup>7</sup> WEIS, W. Michael. Government news management, bias and distortion in American Press coverage of the Brazilian coup of 1964. *Social Science Journal*, v. 34, n. 1, pp. 35-55, 1997.

<sup>8</sup> SCHOULTZ. *Human rights...*, op. cit., p. 25.

<sup>9</sup> TYSON, Brady. Nacla as Coalition. *Nacla Newsletter*, v. 1, n. 2, pp. 4-5, mar. 1967, p. 4.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, p. 5.

<sup>11</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, 692.00 (20). Latin American Studies Association. Confidencial n° 1.820, 17 dez. 1969a; SCHMITTER, Philippe C. The persecution of political and social scientists in Brazil. PS 3,2, Spring, pp. 123-128, 1970.

<sup>12</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*. Brasília, 692.00 (20). Latin American Studies Association. Confidencial n° 1.820, 17 dez. 1969.

<sup>13</sup> GLUECK, Grace. São Paulo Show Loses US Entry: Artists boycott biennial over military repressions. *New York Times*, p. 24, 17 jul. 1969.

<sup>14</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*. Brasília, 540.3 Bienal de São Paulo; Boicote Político. Confidencial-Urgente. Telegrama n° 15.469, 10 jul. 1969.

<sup>15</sup> DELLA CAVA, Ralph. Professor de História, ativista. Entrevista com o autor. San Diego, CA, 26 nov. 1999; WIPFLER, William L. Ex-diretor do Departamento sobre América Latina, Conselho Nacional de Igrejas. Entrevista com o autor. Buffalo, New York, 12 jan. 2000

<sup>16</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>17</sup> WIPFLER, William L. "Progress" in Brazil revisited. *Christianity and Crisis*, v. 47, n. 17, pp. 345-348, oct. 6, 1986.

<sup>18</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>19</sup> WIPFLER, William L. The price of "Progress" in Brazil. *Christianity and Crisis*, v. 30, n. 4, pp. 44-48, mar. 16, 1970; BOLTON, Robert H. Brazilian torture: specifically new, specifically terrible. *Christian century*, 87, pp. 387-388, 1 abr. 1970; DELLA CAVA, Ralph. Torture in Brazil. *Commonweal*, n° 92, pp. 135-141, 24 abr. 1970; CHRISTIANITY TODAY. *Atrocities charged: Brazil loses Lutheran Assembly*, n. 14, p. 36, 3 jul. 1970; *NEWSWEEK*. Death squads, 76, p. 61, 20 abr. 1970; *NATION*. Sadists in epaulets. 210, p. 645, jun. 1970; *TIME*. *From the Parrot's Perch*, 96, p. 27, 27 jul. 1970.

<sup>20</sup> Cf. SHESTACK, Jerome J. e COHEN, Roberta. International human rights: a role for the United States. *Virginia Journal for International Law*, v. 14, n. 4, pp. 673-701, Summer, 1974.

<sup>21</sup> Cf. AMERICAN COMMITTEE FOR INFORMATION ON BRAZIL. *Terror in Brazil: a dossier*. Pamphlet. New York, april, 1970; WIPFLER, Entrevista com o autor.

<sup>22</sup> WIPFLER, Entrevista com o autor.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*

<sup>24</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>25</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, 511.141. Visto temporário: professor Thomas Skidmore. Telegrama n° 600, 21 jul., 1970.

<sup>26</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor, 12 fev. 2001.

<sup>27</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, 511.11 Presença do ex-deputado Márcio Moreira Alves nos Estados Unidos. Secreto-Urgente. Telegrama n° 13.328, 16 jun. 1969.

<sup>28</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>29</sup> SATTAMINI, Lina Penna. *Esquecer nunca mais: a saga de meu filho Marcos P. S. de Arruda*. Rio de Janeiro, OR Produtor Editorial Independente, 2000.

<sup>30</sup> AMNESTY INTERNATIONAL (AI). *Annual report 1966-67, 1 June 1966 – 31 May 1967*. London, International Secretariat, 1967.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*; SENADO NORTE-AMERICANO.

<sup>32</sup> GRIFFIN, Dan. The torture of a Brazilian. *Washington Post*, 19 set., p. D3-1, 1971.

<sup>33</sup> *WASHINGTON POST*. Brazil and torture. Editorial, p. E6, sep. 1971.

- <sup>34</sup> PADILHA, Anivaldo. Ativista na Igreja Metodista e preso político. Entrevista com o autor. São Paulo, 18 jul. 1997.
- <sup>35</sup> STRHARSKY, Harry e STRHARSKY, Loretta. Membros do Committee against Repression in Brazil. Entrevista com o autor. Castro Valley, CA, 31 mar. 1999.
- <sup>36</sup> PADILHA, Anivaldo. Correspondência com o autor, 24 out. 2001.
- <sup>37</sup> *O ESTADO DE S. PAULO*. Médici não fala à imprensa nos EUA, p. 1, dez. 1971.
- <sup>38</sup> GRIFFIN, Dan. Brazil leader to meet with Nixon. *Washington Post*, 6 dez., p. 20, 1971.
- <sup>39</sup> BRAZILIAN INFORMATION BULLETIN. *Protesters leave no sanctuary for Médici*. Berkeley, American Friends of Brazil, n. 6, p. 3, fev. 1972.
- <sup>40</sup> GRIFFIN, Brazil leader..., op. cit.
- <sup>41</sup> *WASHINGTON POST*. Brazil and torture. Editorial, p. E6, sep. 1971.
- <sup>42</sup> ORGANIZATION of American States (OAS). General Assembly. Annual report of the Inter-American Commission on Human Rights, Fourth Regular Session, mar. 1974, pp. 38-52.
- <sup>43</sup> Id., *ibid.*, p. 32.
- <sup>44</sup> NOVITSKI, Joseph. Médici Denies Brazil is seeking domination over Latin America. *New York Times*, p. 8, 31 dez. 1971.
- <sup>45</sup> SENADO 1971b; HUGGINS, Martha. *Political policing: the United States and Latin America*. Durham, Duke University Press, 1998, p. 187.
- <sup>46</sup> PADILHA, Correspondência com o autor; CENTER THEATER GROUP OF LOS ANGELES. *Program for the play Savages, by Christopher Hampton*. Directed by Gordon Davidson. Los Angeles, Music Center Mark Taper Forum, 1974.
- <sup>47</sup> INFORMATION ON THE NATIVE PEOPLES OF THE AMERICAS (INDIGENA). *Supysáua: a documentary report on the conditions of indian peoples in Brazil*. Berkeley, Indigena/American Friends of Brazil, 1974; PADILHA, Correspondência com o autor, op. cit.
- <sup>48</sup> *Newsweek*. Brazil: The poor man's Yankees, p. 44, 20 ago. 1973.
- <sup>49</sup> BRAZILIAN INFORMATION BULLETIN. *Protesters leave no sanctuary for Médici*. Berkeley, American Friends of Brazil, n. 6, p. 3, fev. 1972.
- <sup>50</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, Secreto. 591.0 (22) Possibilidade de inserção de artigos na *National Review*, 9 out. 1970; 303.3. Despesas com jornalistas estrangeiros. Telegrama n° 176, 9 maio 1970; 591.0 (22) Correspondência especial n° 1.916: Revista sobre a atualidade brasileira. Remessa de lista de destinatários, 12 maio 1971.
- <sup>51</sup> COMMON FRONT FOR LATIN AMÉRICA/COMMITTEE AGAINST REPRESSION IN BRAZIL. *The Russell Tribunal on Repression in Brazil: A Report and Call for Support*. Washington, DC. Mimeo., ago. 1973 (cópia no arquivo pessoal do autor).
- <sup>52</sup> ESTADOS UNIDOS. Committee on foreign affairs, subcommittee on international organizations and movements. *Torture and oppression in Brazil*. Report. Câmara de Deputados dos Estados Unidos, 92d Congress, 2d session, 11 dez. 1974.
- <sup>53</sup> DAGNINO, Evelina. Cientista político, antigo ativista estudantil. Entrevista com o autor. Campinas, 2 jun. 1999.